



DESTAQUES AO

77 DESTAQUES

53 de alteração

24 de inclusão

5 de supressão

5 geral

DOCUMENTO BASE

**CONTRIBUIÇÕES DO SINASEFE NA
CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA BRASILEIRA**

15 anos da Rede Federal de Educação
Profissional, Científica e Tecnológica



DESTAQUES AO EIXO:

1. ENSINO MÉDIO INTEGRADO

14 DESTAQUES

9 de alteração

4 de inclusão

1 de supressão



1. ENSINO MÉDIO INTEGRADO



SINASEFE

Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **7**

Texto Original	Destaque
<p>Considerando que e que define a singularidade da espécie humana é sua capacidade de planejar o seu trabalho, a partir de sua necessidade de transformar a natureza para garantir a sua sobrevivência. Para tanto, se organiza socialmente. Pela complexidade de seu trabalho, tem sua cultura transformada a partir de seu trabalho.</p>	<p>O que define a singularidade da espécie humana é capacidade de planejar o seu trabalho, a partir de necessidade de transformar a natureza para garantir a sua sobrevivência. Para tanto, se organiza socialmente. Pela complexidade dessa atividade, tem sua cultura transformada.</p>

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **8**

Texto Original	Destaque
<p>A necessidade de transmissão para as gerações futuras das experiências do trabalho, bem como a necessidade de comunicações complexas para as relações de produção que também se complexificam na história humana, consolidam a relação ontológico-histórica entre trabalho e educação. É a divisão da sociedade em classes que permite essa separação entre trabalho e educação. É a possibilidade de uns viverem do trabalho dos outros que possibilitou que a escola fosse o lugar do ócio,</p>	<p>A necessidade de transmissão para as gerações futuras das experiências do trabalho, bem como a necessidade de comunicações complexas para as relações de produção que também se complexificam na história humana, consolidam a relação ontológico-histórica entre trabalho e educação. É a partir da divisão da sociedade em classes que permite <u>OCORRERÁ</u> essa separação entre trabalho e educação. É a possibilidade de uns viverem do trabalho dos outros que possibilitou que a escola fosse o lugar do ócio,</p>

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **9**

Texto Original	Destaque
<p>Esse contexto produziu formas limitadas de se inserir o trabalho na instituição escolar, impondo modelos fragmentados de escola sob o capitalismo. Essa inserção deve partir, segundo Pistrak (2018), de dois pilares fundamentais: o trabalho socialmente útil, como processo de transformação e produção de bens que satisfazem necessidades em um dado momento histórico, e a relação com a atualidade social. A escola, nessa perspectiva, carrega consigo uma vocação transformadora que é, ao mesmo tempo, social, cultural e política.</p>	<p>Sob o capitalismo, esse contexto produziu formas limitadas de se inserir o trabalho na instituição escolar, impondo modelos fragmentados de escola. Segundo Pistrak (2018) uma inserção mais ampla deve partir considerando dois pilares fundamentais: de um lado, o trabalho socialmente útil, como processo de transformação e produção de bens que satisfazem necessidades em um dado momento histórico; por outro, sua relação com a atualidade social. Nesse sentido, a escola torna-se um espaço que objetiva transformar sócio, cultural e politicamente os sujeitos nela inseridos.</p>

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



1. ENSINO MÉDIO INTEGRADO



SINASEFE

Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **17**

Texto Original	Destaque
<p>Pelo contrário, as taxas de aprovação em processos seletivos (SISU) em exames internacionais (PISA), mesmo com todas as necessárias críticas, sobretudo a esses últimos, demonstram que o fato de desenvolver os conhecimentos vinculados aos processos produtivos e a consequente vinculação entre teoria e prática, disciplinas mais gerais e outras mais específicas da habilitação, tem propiciado excelentes resultados tanto para a sequência de estudos no nível de ensino superior, quanto no ingresso no mundo do trabalho.</p>	<p>Pelo contrário, as taxas de aprovação em processos seletivos (SISU), mesmo com todas as necessárias críticas, demonstram que o fato de desenvolver os conhecimentos vinculados aos processos produtivos e a consequente vinculação entre teoria e prática, disciplinas mais gerais e outras mais específicas da habilitação, tem propiciado excelentes resultados tanto para a sequência de estudos no nível de ensino superior, quanto no ingresso no mundo do trabalho.</p>

Propositor: **GTPEC SINDSCOPE**

Situação: **APROVADO**/**REJEITADO**



1. ENSINO MÉDIO INTEGRADO



SINASEFE

Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **17**

Texto Original	Destaque
INCLUSÃO NA SEQUÊNCIA DO PARÁGRAFO	Adilson Cesar Araújo e Cláudio Nei Nascimento da Silva do IFB assim esclarecem: “Cabe destacar que, ao longo da última década, as condições objetivas de trabalho e de financiamento, para o Ensino Médio Integrado da Rede Federal funcionar, foram oferecidas. Isso permitiu transformá-lo em uma referência de educação de qualidade para uma parcela da população. Os últimos resultados, apresentados pela Rede Federal, nos exames do PISA, mostraram a situação privilegiada da Rede. No PISA de 2015, na área de Ciências, a Rede Federal obteve desempenho de 517 pontos, o que foi superior aos obtidos pelos países membros da OCDE (493 pontos); e muito acima do que foi conseguido pela rede privada de ensino (487 pontos)e pela rede estadual (394 pontos)”

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **18**

Texto Original	Destaque
<p>Convém salientar que nossa crítica a esses modelos de avaliação dos sistemas escolares advém de sua incapacidade de lidar com as especificidades de cada território, rotular escolas e promover a lógica da meritocracia. Não menos importante é uma hierarquização de conhecimentos, com a imposição de um recorte curricular, com ênfase para a matemática e a linguagem. Não é coincidência que essas são as duas únicas disciplinas que possuem garantia de oferta em todas as séries do novo ensino médio, verdadeira contrarreforma educacional. A concorrência tem levado escolas a selecionar os participantes de tais testes, buscando melhorar ou mascarar suas performances</p>	<p>TRANSFORMAR EM NOTA DE RODAPÉ</p>

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



1. ENSINO MÉDIO INTEGRADO



SINASEFE

Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **21**

Texto Original	Destaque
<p>Nesse sentido, José Rodrigues (1998) aponta que a polivalência, mesmo não se confundindo com politecnia, pois é o interesse dos empresários, abre possibilidades maiores para a construção da mesma</p>	<p>Nesse sentido, tal contradição apontada por Frigotto, é reforçada por José Rodrigues (1998), em que aponta que a polivalência exigida atualmente para maior exploração da classe trabalhadora, pode abrir possibilidades para a construção da politecnia nas escolas:</p>

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



1. ENSINO MÉDIO INTEGRADO



SINASEFE

Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **26**

Texto Original	Destaque
INSERIR <u>NOVO PARÁGRAFO</u> APÓS O <u>26</u>	Segundo Lontiev (2004): “Pela sua atividade, os homens não fazem senão adaptar-se à natureza. Eles modificam-na na função do desenvolvimento de suas necessidades. Criam objetos que devem satisfazer às suas necessidades e igualmente os meios de produção destes objetos, dos instrumentos às máquinas mais complexas. Constróem habitações, produzem as suas roupas e os bens materiais. Os progressos realizados na produção de bens materiais são acompanhados pelo desenvolvimento da cultura dos homens; o seu conhecimento do mundo circundante deles mesmo enriquece-se, devolvem-se a ciência e arte” (LEONTIEV,2004, p.283)

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



1. ENSINO MÉDIO INTEGRADO



SINASEFE

Destaque de: **SUPRESSÃO**

Parágrafo nº: **30**

Texto Original	Destaque
SUPRIMIR <u>NOTA DE RODA PÉ “2”</u>	<p>O trabalho como princípio educativo, nesse documento sindical, parte do princípio educativo de trabalho, considerando o trabalho socialmente útil. Ou seja, consideramos que o trabalho educa. Isso denota uma posição ético-política quanto à não subordinação da proposta de Ensino Médio Integrado à lógica do capital e aos limites do sentido histórico do trabalho, também parte do princípio educativo, que se apresenta na forma de trabalho assalariado, ou pior, considerando todo o tipo de precarização de contratos a que estão submetidos trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo em um capitalismo dependente.</p>

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **32**

Texto Original	Destaque
<p>O conceito de educação politécnica, como síntese do acúmulo das próprias experiências revolucionárias construídas desde o século XIX, é concreto e não genérico-abstrato. É objetivamente situado, dirigido à edificação de novas relações sociais, e não descompromissado. Pressupõe a edificação de uma nova estrutura estatal que tenha os trabalhadores como força dirigente, e não a reprodução – seja econômica, seja ideológica – dos princípios burgueses mais gerais.</p>	<p>O conceito de educação politécnica, como síntese do acúmulo das próprias experiências revolucionárias construídas desde o século XIX, é concreto e não genérico-abstrato. É objetivamente situado, dirigido à edificação de novas relações sociais, e não descompromissado. Pressupõe a edificação de uma nova estrutura SOCIAL que tenha os trabalhadores como força dirigente, e não a reprodução – seja econômica, seja ideológica – dos princípios burgueses mais gerais.</p>

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



1. ENSINO MÉDIO INTEGRADO



SINASEFE

Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **39**

Texto Original	Destaque
<p>INSERIR 8 <u>NOVOS</u> <u>PARÁGRAFOS</u> APÓS O PARÁGRAFO <u>39</u></p>	<p>39.1 - Fortalecimento da Carreira no Ensino Médio Integrado: Ampliando Acesso ao Mestrado e Doutorado.</p> <p>39.1.1. A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento de qualquer sociedade. No entanto, é crucial não apenas focar no ensino de base, mas também na capacitação e valorização dos profissionais que aprimoram a qualidade desse ensino. No Brasil, muitos servidores da educação não conseguem acessar programas de mestrado e doutorado, o que acaba por impedir sua ascensão na carreira. Este problema não apenas afeta o desenvolvimento individual desses servidores, mas também impacta a qualidade do ensino oferecido aos alunos. Estes tópicos propõem uma ideia para fortalecer a carreira no Ensino Médio Integrado, focando na ampliação do acesso a programas de mestrado e doutorado e na qualificação profissional dos servidores.</p> <p>39.1.2 .Ampliação de Programas MINTER e DINTER: Uma maneira de resolver o problema da falta de acesso a mestrado e doutorado é buscar junto à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) a ampliação dos programas MINTER(Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) e DINTER (Doutorado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica). Esses programas têm como objetivo capacitar os profissionais da educação para atuarem em instituições de ensino técnico e tecnológico.</p>

Propositor: **GTPEC RIO DO SUL E SANTA ROSA DO SUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



1. ENSINO MÉDIO INTEGRADO



SINASEFE

Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **39**

Texto Original	Destaque
<p>INSERIR 8 <u>NOVOS PARÁGRAFOS</u> APÓS O PARÁGRAFO <u>39</u></p>	<p>39.1.3 .A SETEC pode ser um órgão fundamental para apoiar essa expansão, promovendo parcerias com instituições de ensino superior, facilitando a criação de novos polos de mestrado e doutorado profissionais e disponibilizando recursos para bolsas de estudo, tornando esses programas mais acessíveis a um número maior de servidores.</p> <p>39.2 Ampliação da Pós EPT para Outros Campi: Outra estratégia para fortalecer a carreira dos servidores é a ampliação da oferta de cursos de pós-graduação voltados para a Educação Profissional e Tecnológica (Pós EPT) em diferentes campi. Isso pode ser feito por meio da criação de novos cursos de pós-graduação e parcerias com instituições de ensino superior que ofereçam programas compatíveis com a formação dos servidores.</p> <p>39.2.1 A ampliação da Pós EPT para outros campi visa atender servidores que não têm acesso facilitado a polos de ensino superior, tornando a qualificação profissional mais acessível em todo o país.</p> <p>39.2.2 Estabelecimento de Metas de Qualificação: Para garantir que o fortalecimento da carreira seja eficaz, é importante estabelecer metas de qualificação para os servidores. Isso implica em criar um plano estratégico que estabeleça prazos para que todos os servidores tenham, no mínimo, um mestrado. Essas metas devem ser acompanhadas de políticas de incentivo, como bolsas de estudo, licenças remuneradas para estudo e reconhecimento da formação acadêmica na progressão da carreira.</p>

Propositor: **GTPEC RIO DO SUL E SANTA ROSA DO SUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



1. ENSINO MÉDIO INTEGRADO



SINASEFE

Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **39**

Texto Original	Destaque
INSERIR 8 <u>NOVOS</u> <u>PARÁGRAFOS</u> APÓS O PARÁGRAFO <u>39</u>	39.2.3 O fortalecimento da carreira no Ensino Médio Integrado passa necessariamente pela ampliação do acesso a programas de mestrado e doutorado, bem como pela valorização da formação profissional. Buscar a parceria da SETEC, expandir os programas MINTER e DINTER, ampliar a Pós EPT para outros campi e estabelecer metas de qualificação são estratégias eficazes para alcançar esse objetivo. Essas ações não apenas beneficiarão os servidores, mas também contribuirão para a melhoria da qualidade do ensino técnico e tecnológico oferecido aos alunos, promovendo o desenvolvimento educacional e econômico do país.

Propositor: **GTPEC RIO DO SUL E SANTA ROSA DO SUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



1. ENSINO MÉDIO INTEGRADO



SINASEFE

Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **44**

Texto Original	Destaque
<p>Defender o Ensino Médio Integrado é aereditar na construção de um país soberano pelas mãos de trabalhadores e trabalhadoras, visto nessa burguesia nacional não ter encampado marcos civilizatórios de uma revolução burguesa. É conceber a ciência, a tecnologia e a inovação articuladas com uma cultura humana que privilegie o bem viver comum, e não o lucro de poucos em um país submetido às regras do mercado internacional que garantem o privilégio das nações do núcleo orgânico do capital.</p>	<p>Defender o Ensino Médio Integrado é <u>POSSIBILITAR</u> a construção de um país soberano pelas mãos de trabalhadores e trabalhadoras. É conceber a ciência, a tecnologia e a inovação articuladas com uma cultura humana que privilegie o bem viver comum, e não o lucro de poucos em um país submetido às regras do mercado internacional que garantem o privilégio das nações do núcleo orgânico do capital.</p>

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



1. ENSINO MÉDIO INTEGRADO



SINASEFE

Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **47**

Texto Original	Destaque
<p>INSERIR 8 <u>NOVOS</u> <u>PARÁGRAFOS</u> APÓS O PARÁGRAFO <u>47</u></p>	<p>48. PROPOSTA DE DEBATE DENTRO DA AMPLIAÇÃO DESTE ENSINO MÉDIO: Federalizar o Ensino Médio. Tirar das mãos dos estados a educação. De acordo com o FNDE, desde o início do ano, o valor repassado para a educação básica aos estados, no âmbito do Fundeb, foi de R\$ 193,8 bilhões. Os números são imensuráveis e a educação é um dos grandes desvios de corrupção. Em uma pesquisa básica, a Educação a nível estadual em muitos casos carece de qualidade e não é por falta de recurso, é gestão e algo precisa ser feito.</p> <p>49. FEDERALIZAR JÁ: Reformulando a Estrutura da Educação no Brasil : A qualidade da educação no Brasil é uma preocupação constante, e a estrutura atual, com um sistema altamente descentralizado, tem apresentado desafios significativos. Muitos especialistas defendem a federalização da educação como uma medida para melhorar a equidade e a qualidade do ensino em todo o país. É preciso pensar na importância da federalização e como uma reestruturação da educação pode contribuir para um sistema de ensino mais eficaz e inclusivo. Pensar em um ensino médio Integrado forte perpassa a necessidade de pensar uma educação estruturada de maneira diferente ao que temos hoje.</p> <p>50. I. Educação Infantil - A CARGO DOS MUNICÍPIOS - A educação infantil é o alicerce do desenvolvimento das crianças. Atualmente, a responsabilidade por essa etapa recai quase que totalmente sobre os municípios, com apenas algumas exceções a cargo da rede federal. No entanto, é importante observar que: Dados mostram que o acesso e a qualidade da educação infantil variam significativamente de município para município. O fortalecimento da emancipação permite a padronização de diretrizes pedagógicas, garantindo que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade. Temos situações extremamente positivas da Educação Infantil a cargo da rede federal, como o Colégio Pedro II e colégios de aplicação.</p>

Propositor: **GTPEC RIO DO SUL E SANTA ROSA DO SUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **47**

Texto Original	Destaque
<p>INSERIR 8 <u>NOVOS</u> <u>PARÁGRAFOS</u> APÓS O PARÁGRAFO <u>47</u></p>	<p>51. II. Ensino Fundamental - DOS SETE AOS 12 ANOS : O ensino fundamental hoje está majoritariamente a cargo dos municípios. Sua duração poderia ser do 1o ao 6o ano, uma vez que os resultados educacionais demonstram que: Seria positivo ter apenas um Ensino Fundamental, com uma única etapa a cargo dos municípios (ao invés da divisão entre Fundamental I e II), e cuja matriz curricular tivesse ênfase no português, matemática, língua estrangeira, artes e educação física.</p> <p>52. III. Ensino Médio Integrado Federalizado -DOS TREZE AOS 17 ANOS : O ensino médio integrado, dentro desta proposta, teria a duração de cinco anos, pois é uma etapa crucial na formação dos estudantes. Atualmente, as instituições responsáveis variam, e entende-se que a federalização de todo Ensino Médio poderia trazer benefícios notáveis: Dados revelam que o desempenho dos alunos no ensino médio é heterogêneo, o que pode afetar suas perspectivas futuras. Sob a coordenação dos Institutos Federais, o ensino médio integrado pode proporcionar uma combinação eficaz de disciplinas técnicas e propedêuticas para melhor preparar os alunos para o mercado de trabalho ou a continuação dos estudos.</p> <p>53. IV. Benefícios da Federalização. A federalização traz consigo vários benefícios: Equidade Educacional: Com padrões nacionais, todos os estudantes teriam igualdade de oportunidades, independentemente de sua localização geográfica. Melhoria da Qualidade: Ao padronizar diretrizes e currículos, a qualidade do ensino pode ser aumentada em todo o país. Melhor Planejamento e Recursos: A coordenação federal pode permitir uma alocação mais eficaz de recursos e uma melhor gestão das políticas educacionais.</p>

Propositor: **GTPEC RIO DO SUL E SANTA ROSA DO SUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



1. ENSINO MÉDIO INTEGRADO



SINASEFE

Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **47**

Texto Original	Destaque
INSERIR 8 <u>NOVOS</u> <u>PARÁGRAFOS</u> APÓS O PARÁGRAFO <u>47</u>	<p>54. Federalizar para Fortalecer: A federalização do ensino médio integrado no Brasil é uma medida necessária para enfrentar as desigualdades educacionais. Com base nos dados que demonstram as disparidades existentes, essa reestruturação é fundamental para melhorar a qualidade e a equidade do ensino em todo o país.</p> <p>55. A coordenação da União, em parceria com os Institutos Federais, pode criar um sistema educacional mais eficaz e preparar nossos estudantes para um futuro mais promissor. Portanto, a federalização deve ser uma prioridade na busca por um sistema educacional mais forte e inclusivo no Brasil e isso é o fortalecimento do Ensino Médio Integrado.</p>

Propositor: **GTPEC RIO DO SUL E SANTA ROSA DO SUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



1. ENSINO MÉDIO INTEGRADO



SINASEFE

Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **47**

Texto Original	Destaque
INSERIR <u>NOVO PARÁGRAFO</u> APÓS O <u>47</u>	<p>48. Propostas</p> <ol style="list-style-type: none">1. Garantir recursos financeiros específicos para os projetos de extensão, de inclusão e necessidades específicas.2. Manter e ampliar a carga horária das disciplinas de Filosofia e Sociologia, sugerindo o estudo dessas durante todo o Ensino Médio Integrado, com vistas à formação crítica e cidadã.3. Ampliar os debates por meio de seminários e rodas de conversas com a comunidade estudantil e servidoras/es a respeito das diretrizes do Ensino Médio Integrado.4. Pensar as estratégias de permanência e êxito.5. Ampliar o financiamento para que de fato as instituições tenham condições de desenvolver atividades educacionais e culturais, de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica.

Propositor: **GTPEC IFS**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



DESTAQUES AO EIXO:

2. Formação inicial e continuada de professoras/es da EPT

6 DESTAQUES

3 de alteração

2 de inclusão

1 geral



Destaque de: **GERAL**

Parágrafo n°:

Texto Original	Destaque
APLICADO A TODO O TEXTO	Uniformizar a linguagem considerando o gênero feminino.

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO**/**REJEITADO**



2. Formação inicial e continuada de professoras/es da EPT



SINASEFE

Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **TÍTULO**

Texto Original	Destaque
2. Formação inicial e continuada de professoras/es da EPT	2. Formação inicial e continuada de professoras/es <u>E TAEs</u> da EPT

Propositor: **GTPEC IFS**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **5**

Texto Original	Destaque
<p>Entende-se que o professor da EPT é um profissional que desenvolveu os saberes didáticos, relacionados ao como ensinar, políticos, relacionados aos modos de se relacionar na profissão, e pedagógicos, relacionados ao campo da educação; é um profissional que sabe o quê, como e o porquê fazer, e que aprendeu a ensinar visando ao desenvolvimento de forma idônea e adequada de outros profissionais. Deste modo, tem papel e compromisso como educador, independentemente de outra atividade que venha a ter, contribuindo, assim, como participante ativo, para o desenvolvimento da educação profissional. Na Rede Federal, segundo a Plataforma Nilo Peçanha, 95% dos docentes efetivos trabalham com Dedicção Exclusiva, o que permite inferir que assumiram a docência como único trabalho.</p>	<p>Entende-se que o professor da EPT é um profissional que desenvolveu os saberes didáticos, relacionados ao como ensinar, políticos, relacionados aos modos de se relacionar na profissão, e pedagógicos, relacionados ao campo da educação; é um profissional que sabe o quê, como e o porquê fazer, e que aprendeu a ensinar visando ao desenvolvimento de forma idônea e adequada de outros profissionais. Deste modo, tem papel e compromisso como educador, contribuindo, assim, como participante ativo, para o desenvolvimento da educação profissional. Na Rede Federal, segundo a Plataforma Nilo Peçanha, 95% dos docentes efetivos trabalham com Dedicção Exclusiva, o que permite inferir que assumiram a docência como único trabalho.</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **40**

Texto Original	Destaque
<p>d) Evidenciar que os cursos de formação pedagógica irão atribuir o título de Licenciado em _____, de acordo com a área de formação do bacharelado ou do curso de tecnologia que o professor em formação tenha anteriormente e na qual deverá ser realizado o estágio curricular supervisionado;</p>	<p>d) Evidenciar que os cursos de formação pedagógica REALIZADOS PRIORITARIAMENTE DE FORMA PRESENCIAL, irão atribuir o título de Licenciado em _____, de acordo com a área de formação do bacharelado ou do curso de tecnologia que o professor em formação tenha anteriormente e na qual deverá ser realizado o estágio curricular supervisionado;</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **40**

Texto Original	Destaque
INSERIR <u>NOVO PARÁGRAFO</u> APÓS O <u>40</u>	Por fim, é preciso estabelecer um prazo para que seja exigida a licenciatura em todas as disciplinas específicas do currículo dos cursos técnicos. Para tanto, concomitantemente, deve ser construído democraticamente um Plano Nacional de Formação de Professores para a EPT, que privilegie a formação presencial e de qualidade do corpo docente, em ênfase para as redes públicas federal e estaduais, aos quais se vincularão os planos específicos de cada instituição federal ou rede estadual de educação.

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **40**

Texto Original	Destaque
INSERIR <u>NOVO</u> <u>PARÁGRAFO</u> APÓS O <u>40</u>	<p>41. Propostas</p> <ol style="list-style-type: none">1. Incluir a exigência da formação em licenciatura nos concursos públicos para vagas de docentes, pois muitos editais acabam priorizando a formação em engenharias.2. Desenvolver uma metodologia de acompanhamento dos editais de concurso público para professoras/es EBTT, com o objetivo de exigir o cumprimento do artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 13.415/2017 e inciso I, e artigo 113 da Lei 11.784/2008, que definem a graduação em Licenciatura como condição mínima para o cargo de docente EBTT.3. Estimular e promover a formação continuada de professoras/es e TAEs da EPT.4. Estabelecer parcerias com outras instituições educacionais para ofertar cursos de formação em licenciatura plena para professoras/es ingressantes, a fim de dialogar com a proposta político-pedagógica da instituição.5. Promover cursos de formação continuada para professoras/es e demais profissionais de educação que atuam na rede ligados aos temas transversais.6. Realizar ciclos de formação com foco didático-pedagógico nos acolhimentos institucionais às/aos novas/os servidoras/es.7. Disponibilizar carga horária para participar das atividades de formação.

Propositor: **GTPEC IFS**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



DESTAQUES AO EIXO:

3. Educação de Jovens e Adultos

2 DESTAQUES

1 de alteração

1 de inclusão



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **15**

Texto Original	Destaque
<p>Posto isso, ressalta-se que a qualidade educativa na EJA e no PROEJA se vincula necessariamente à compreensão e superação das condicionantes que impedem a formação integrada omnilateral desses estudantes. De imediato, destacar que a gênese da interrupção dos estudos está na constituição de uma sociedade desigual, assentada em uma democracia restrita e profundamente preconceituosa</p>	<p>Posto isso, ressalta-se que a qualidade educativa na EJA e no PROEJA se vincula necessariamente à compreensão e superação das condicionantes que impedem a formação integrada omnilateral desses estudantes. De imediato, destacar que a gênese da interrupção dos estudos está na constituição de uma sociedade desigual, assentada em uma democracia restrita e profundamente preconceituosa. <u>Portanto, é necessário garantir o fortalecimento do Currículo Integrado, nessa modalidade, nos Institutos federais, para possibilitar a esses estudantes as condições de uma formação mais ampla de modo que possam seguir na verticalização de sua formação.</u></p>

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **18**

Texto Original	Destaque
INSERIR <u>NOVO</u> <u>PARÁGRAFO</u> APÓS O <u>18</u>	<p>19. Propostas</p> <ol style="list-style-type: none">1. Ampliar os recursos para a EJA.2. Reforçar o cumprimento da oferta de 10% da educação noturna para Educação de Jovens e Adultas/os na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, pois o cenário tem sido de descontinuidade e precarização.3. Aumentar a carga horária dos cursos da EJA, a fim de reduzir a fragmentação dos conteúdos.4. Fortalecer os instrumentos, o suporte e o acompanhamento às pessoas com necessidades específicas.5. Aprofundar pesquisas para caracterizar o perfil do público do EJA.6. Realizar estudos acerca dos impactos e do quadro da EJA no pós-pandemia.7. Refletir a respeito das dificuldades do acesso das/os estudantes à noite, devido à localização dos campi no contexto do processo de expansão.8. Mapear a oferta da EJA na Rede EPT.9. Ampliar a dotação orçamentária para ações de acesso e permanência estudantil.

Propositor: **GTPEC IFS**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



DESTAQUES AO EIXO:

4. Gestão democrática

2 DESTAQUES

1 de alteração

1 de inclusão



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **5**

Texto Original	Destaque
<p>A burguesia local temendo perder seus privilégios e regalias impõe ao seu governo (Temer/MDB) serviçal uma agenda de supressão dos direitos da classe trabalhadora que podemos demonstrar através da aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 que, entre outras questões, limita durante vinte (20) anos os gastos em políticas sociais</p>	<p><u>AS ELITES</u>, temendo perder seus privilégios e regalias impõe ao seu governo (Temer/MDB) serviçal uma agenda de supressão dos direitos da classe trabalhadora que podemos demonstrar através da aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 que, entre outras questões, limita durante vinte (20) anos os gastos em políticas sociais</p>

Propositor: **GTPEC RIO DO SUL E SANTA ROSA DO SUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **24**

Texto Original	Destaque
INSERIR <u>NOVO PARÁGRAFO</u> APÓS O <u>24</u>	<p>Vê-se as políticas educacionais, e por consequência a gestão escolar, orientadas por princípios e métodos desenvolvidos e adotados na empresa capitalista, baseados na razão mercantil, portanto é imprescindível destacar que os objetivos da educação são antagônicos aos de uma empresa capitalista e que é preciso ter clareza nos objetivos da educação e da escola para superarmos essa questão (Paro, 2012). Partindo do reconhecimento que o objetivo da escola é a apropriação da cultura pelos sujeitos, da sua formação como humano-histórico, capaz de contribuir com a transformação social e não com a sua reprodução, é preciso analisar e construir possibilidades de uma administração escolar voltada para esta transformação social. A administração escolar estará tanto mais comprometida com a transformação social quanto mais os objetivos com ela perseguidos estiverem articulados com essa transformação, é necessário situar a educação escolar e o seu papel neste processo de transformação (Paro, 2012).</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



DESTAQUES AO EIXO:

5. A extensão na consolidação da identidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

5 DESTAQUES

1 de supressão

1 de alteração

2 de inclusão

1 geral



Destaque de: GERAL

Parágrafo n°:

Texto Original	Destaque
APLICADO A TODO O TEXTO	Uniformizar a linguagem considerando o gênero feminino.

Propositor: GTPEC SINTIETFAL

Situação: APROVADO/REJEITADO



Destaque de: **SUPRESSÃO**

Parágrafo nº: **1 A 62**

Texto Original	Destaque
<p>PARÁGRAFOS 1 A 62</p>	<p>SUPRESSÃO</p>

Propositor: **GTPEC IFS**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **54**

Texto Original	Destaque
<p>Assim, esta resolução, ao contrário do que alguns acreditam, não é apenas uma regulamentação para o processo de Creditação Curricular da Extensão, previsto na Meta 12.7 do PNE, mas, acima de tudo, é um Marco Regulatório da Extensão da Educação Superior Brasileira. Nela estão definidas as concepções de extensão universitária que foram construídas pelos diversos agentes que estão envolvidos com este tema. Mesmo que a resolução não tenha dado conta de explicitar <u>todas</u> as concepções e diretrizes ...</p>	<p>Assim, esta resolução, ao contrário do que alguns acreditam, não é apenas uma regulamentação para o processo de Creditação Curricular da Extensão, previsto na Meta 12.7 do PNE, mas, acima de tudo, é um Marco Regulatório da Extensão da Educação Superior Brasileira. Nela estão definidas as concepções de extensão universitária que foram construídas pelos diversos agentes que estão envolvidos com este tema. Mesmo que a resolução não tenha dado conta de explicitar <u>TODAS</u> as concepções e diretrizes ...</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **118**

Texto Original	Destaque
<p>INSERIR 8 <u>NOVOS</u> <u>PARÁGRAFOS</u> APÓS O PARÁGRAFO <u>118</u></p>	<p>119. Propostas para Melhorias na Extensão nas Instituições de Ensino Embora tenhamos um texto com discussão bem aprofundada e uma série de considerações sobre a importância da extensão, reconhecemos a necessidade de traduzir nossos insights em ações práticas.</p> <p>120. Para isso, propomos que o sindicato atue como um agente de mudança, reivindicando políticas públicas junto a órgãos relevantes, como o CONIF, SETEC e reitorias das instituições de ensino, para abordar as questões cruciais da extensão educacional. Abaixo, apresentamos propostas concretas para aprimorar a extensão nas instituições de ensino:</p> <p>121 a). Criação de uma Revista de Extensão Tecnológica e Catálogo de Extensão Regional: É fundamental que as instituições de ensino estabeleçam uma revista de extensão tecnológica que funcione como um veículo centralizado para a admissão de projetos desenvolvidos nos campi. Além disso, a criação de um catálogo de extensão regional facilitaria a visibilidade e o acesso aos projetos, conectando as instituições com a comunidade local.</p> <p>122 b) Organização, dentro dos meios de comunicação institucional já existentes (youtube e redes sociais) um espaço específico para a divulgação de trabalhos e manifestação dos setores da comunidade organizada em parceria com a instituição na busca por resolução de problemas.</p> <p>123 c) Ampliação de Bolsas de Pesquisa com Enfoque em Investimentos: Atualmente, a maioria dos financiamentos para projetos de extensão são voltados para custeio, deixando de lado a necessidade de investimentos em infraestrutura e equipamentos. O sindicato deve buscar políticas para a ampliação de bolsas de pesquisa que contemplem especificamente esses itens, incentivando projetos mais robustos e impactantes.</p>

Propositor: **GTPEC RIO DO SUL E SANTA ROSA DO SUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **118**

Texto Original	Destaque
INSERIR 8 <u>NOVOS</u> <u>PARÁGRAFOS</u> APÓS O PARÁGRAFO <u>118</u>	<p>124 d) Simplificação das Burocracias na Submissão e Prestação de Contas: Reconhecemos que as instituições de ensino têm seus próprios órgãos reguladores, como o CONSUPER, para legislar sobre a extensão. No entanto, sugerimos que haja uma padronização nacional e orientações específicas para os Institutos Federais, visando simplificar processos. Por exemplo, poderiam ser implementadas prestações de contas parciais e finais, reduzindo a frequência de relatórios mensais. A eliminação de requisitos excessivamente burocráticos, como listas de frequência imagens para comprovação;</p> <p>125 e) Ampliação de Bolsas e Fomento para a Coordenação de Projetos de Extensão: Reconhecendo o papel crucial dos coordenadores de projetos de extensão, sugerimos a criação de bolsas específicas para esses profissionais. Isso incentivaria a participação ativa da comunidade escolar na promoção de práticas de extensão. Além disso, recursos adicionais de fomento para a execução dos projetos seriam igualmente benéficos, permitindo a realização de atividades mais abrangentes e impactantes.</p> <p>126 f) Essas propostas têm o objetivo de tornar a extensão nas instituições de ensino mais eficiente, acessível e orientada para resultados concretos. O sindicato, ao advogar por essas medidas, pode desempenhar um papel fundamental na melhoria do cenário da extensão educacional no Brasil, promovendo uma maior interação entre as instituições e suas comunidades locais, ao mesmo tempo em que fortalece a colaboração entre os envolvidos.</p>

Propositor: **GTPEC RIO DO SUL E SANTA ROSA DO SUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **118**

Texto Original	Destaque
INSERIR <u>NOVO PARÁGRAFO</u> APÓS O PARÁGRAFO <u>118</u>	119. Propostas 1. Consolidar uma extensão popular. 2. Fortalecer as articulações com os movimentos populares e sociais. 3. Ampliar a carga horária para docentes trabalharem a extensão, com a proposta de 1/3 da carga horária. 4. Desmembrar Pró-reitorias de Pesquisa e Extensão para que cada eixo tenha sua Pró-reitoria e aprofundar as suas ações. 5. Pleitear a divisão do orçamento de 1/3 para ensino, 1/3 para pesquisa e 1/3 para extensão. 6. Desmistificar o debate do empreendedorismo social como proposta de extensão nas comunidades. 7. Desburocratizar a extensão, que atualmente fica restrita à elaboração de projetos de extensão. 8. Pedir a revogação imediata da Portaria 193/2020, que estabelece a carga horária mínima de 14h para professoras/es da Rede EBTT. 9. Incluir a extensão no orçamento dos Institutos Federais. 10. Revisar documentos internos, a exemplo do Regulamento Docente. 11. Garantir carga horária para técnicas/os administrativas/os coordenar desenvolver projetos de extensão. 12. Produzir materiais didáticos e pedagógicos sobre educação e extensão popular. 13. Romper os muros institucionais na relação com a comunidade do entorno.

Propositor: **GTPEC IFS**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



DESTAQUES AO EIXO:

6. FINANCIAMENTO

11 DESTAQUES

6 de alteração

4 de inclusão

1 de supressão



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **23**

Texto Original	Destaque
<p>Do ponto de vista social, a rede dos Institutos Federais têm desempenhado um papel fundamental na inclusão de diferentes grupos sociais no acesso à educação. Com sua capilaridade em todo o território nacional, os IFs estão presentes em regiões metropolitanas, no interior e até mesmo em áreas remotas do país, alcançando estudantes que, muitas vezes, não teriam oportunidades de acesso à educação de qualidade. Adotando políticas de ações afirmativas (como o sistema de cotas, para promover a inclusão de estudantes oriundos de escolas públicas, negros, indígenas, pessoas com deficiência e outras minorias), essas medidas têm contribuído para a diversidade e para a redução das desigualdades sociais, possibilitando que mais pessoas tenham acesso à formação profissional e ao ensino superior. Além disso, os IFs têm se destacado pela sua inserção nos arranjos culturais e produtivos locais, uma vez que constroem uma rede de saberes que entrelaçam cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade.</p>	<p>Do ponto de vista social, a rede dos Institutos Federais têm desempenhado um papel fundamental na inclusão de diferentes grupos sociais no acesso à educação. Com sua capilaridade em todo o território nacional, os IFs estão presentes em regiões metropolitanas, no interior e até mesmo em áreas remotas do país, alcançando estudantes que, muitas vezes, não teriam oportunidades de acesso à educação de qualidade. Adotando políticas de ações afirmativas (como o sistema de cotas, para promover a inclusão de estudantes oriundos de escolas públicas, negros, indígenas, pessoas com deficiência e outras minorias), essas medidas têm contribuído para a diversidade e para a redução das desigualdades sociais, possibilitando que mais pessoas tenham acesso à formação profissional e ao ensino superior. Além disso, os IFs têm se destacado pela sua inserção nos arranjos culturais e produtivos locais, uma vez que constroem uma rede de saberes que entrelaçam cultura, trabalho E ciência em favor da sociedade.</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **29**

Texto Original	Destaque
<p>Percebe-se que o grande crescimento na destinação de emendas parlamentares se deu após aprovação da EC/95. Esta informação abre possibilidades para várias interpretações, sobretudo sobre a intencionalidade dos parlamentares e partidos políticos que destinaram emendas parlamentares para a educação, mas que aprovaram uma emenda que congela os investimentos por 20 anos. As emendas parlamentares, dividem opiniões, por um lado são vistas como parte importante, que inserem o congresso nas discussões sobre o orçamento federal, buscando alinhar demandas locais, por outro lado podem se tornar instrumentos de cooptação política aos moldes do fenômeno do clientelismo. Os Institutos Federais ficaram à mercê e reféns dessas contradições, uma vez que necessitam buscar fontes alternativas de recursos financeiros para garantir a sua sobrevivência, diante progressivo corte de recursos orçamentários. A dependência cada vez maior das emendas parlamentares, em especial, dos grupos políticos que as utilizam como “balcão de negócios”, fragiliza qualquer possibilidade de planejamento estratégico a longo prazo dos institutos federais e ameaça a sua consolidação.</p>	<p>Percebe-se que o grande crescimento na destinação de emendas parlamentares se deu após aprovação da EC/95. Esta informação abre possibilidades para várias interpretações, sobretudo sobre a intencionalidade dos parlamentares e partidos políticos que destinaram emendas parlamentares para a educação, mas que aprovaram uma emenda que congela os investimentos por 20 anos. <u>AS EMENDAS PARLAMENTARES SE TORNAM INSTRUMENTOS DE COOPTAÇÃO POLÍTICA AOS MOLDES DO FENÔMENO DO CLIENTELISMO.</u> Os Institutos Federais ficaram à mercê e reféns dessas contradições, uma vez que necessitam buscar fontes alternativas de recursos financeiros para garantir a sua sobrevivência, diante progressivo corte de recursos orçamentários. A dependência cada vez maior das emendas parlamentares, em especial, dos grupos políticos que as utilizam como “balcão de negócios”, fragiliza qualquer possibilidade de planejamento estratégico a longo prazo dos institutos federais e ameaça a sua consolidação.</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **53**

Texto Original	Destaque
<p>INSERIR <u>NOVO</u> <u>PARÁGRAFO</u> APÓS <u>53</u></p>	<p>A portaria MEC 646/2022, que institui a Matriz de Distribuição Orçamentária aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, estabelece indicadores para a composição do orçamento das instituições como: número de matrícula total; eficiência acadêmica; relação aluno/professor presencial; marcos legais do curso técnico, da formação de professores e da Educação de Jovens e Adultos e renda familiar per capita. Tal metodologia obriga os gestores à revisão dos currículos e a alterações dos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs), incluindo redução de carga horária, para arrecadar A portaria 646/2022 não está citada no texto e traz questões importantes que já estão impactando a rede.recursos às suas instituições. Algumas pesquisas já apontam a adequação de PPCs de cursos técnicos integrados aos limites da BNCC, de até 1800 horas para as disciplinas de cultura geral. De certa maneira, essa portaria abre um precedente para a mercantilização da educação, o que prejudica a formação humana integral, a missão e os valores institucionais, além da autonomia pedagógica. Cabe destacar a crescente necessidade da subcontratação de profissionais específicos para a Educação Especial, como intérpretes de libras e psicopedagogos, que são pagos com orçamento de manutenção e de desenvolvimento das atividades globais das instituições, ao invés da contratação de servidores(as).</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **SUPRESSÃO**

Parágrafo nº: **54**

Texto Original	Destaque
<p>54. Propostas 1. Revogação imediata de qualquer tipo de teto de gastos (como o “arcabouço fiscal”) que inclua direitos básicos como saúde e educação;</p>	<p><u>SUPRESSÃO</u></p>

Propositor: **GTPEC SINDSCOPE**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **54**

Texto Original	Destaque
<p>54. Propostas</p> <p>I. Revogação imediata de qualquer tipo de teto de gastos (como o “arcabouço fiscal”) que inclua direitos básicos como saúde e educação;</p> <p>II. Substituição da Lei de Responsabilidade Fiscal por uma Lei de Responsabilidade Social;</p> <p>III. Criação de um fundo nacional para a educação profissional aos moldes do Fundeb;</p>	<p>54. Propostas</p> <p>I. Substituição da lógica contida na Responsabilidade Fiscal por uma defesa da Responsabilidade Social do Estado, privilegiando os serviços públicos e os gastos sociais, considerando as dívidas históricas com a classe trabalhadora brasileira, sobretudo no que tange à educação e saúde.</p> <p>II. Criação de uma contribuição social com vinculação direta à receita da Educação aos moldes da contribuição da Seguridade Social;</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **54**

Texto Original	Destaque
54. Propostas [...]	[...]
VI. Estabelecer a meta de mínimo de 10% do PIB para a Educação;	VI. Estabelecer a meta de mínimo de 10% do PIB para a Educação <u>PÚBLICA</u> ;
[...]	[...]
IX. Proposta de mudança da Matriz Conif para torná-la mais democrática.	IX. Proposta de mudança da Matriz Conif para torná-la mais democrática <u>e que seja instrumento de construção de políticas públicas articuladas com a defesa do EMI e da qualidade de ensino em todos os níveis e modalidades de ofertas educacionais.</u>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **54**

Texto Original	Destaque
<p>54. Propostas</p> <p>VIII. Universalização do modelo de Educação da Rede Federal;</p>	<p><u>VIII. Universalização do modelo de educação profissional, cumprindo sua prioridade na educação básica, tendo com referência o Ensino Médio Integrado.</u></p>

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **54**

Texto Original	Destaque
54. Propostas INSERIR <u>NOVO PONTO</u> APÓS O <u>IX</u>	<u>X. Defesa da suspensão do pagamento dos serviços da dívida pública e a sua auditoria;</u>

Propositor: **GTPEC SINDSCOPE**

Situação: **APROVADO**/**REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **54**

Texto Original	Destaque
54. Propostas INSERIR <u>NOVO</u> <u>PONTO</u> APÓS O <u>IX</u>	<p><u>X. Ampliar recursos financeiros e estruturais.</u></p> <p><u>XI. Reforçar a necessidade de recomposição e ampliação das equipes de trabalho.</u></p> <p><u>XII. Rever o retorno de recursos para a instituição nos casos de pagamentos de GRU para devolução de valores.</u></p> <p><u>XIII. Defender a recomposição do orçamento de capital, pois é necessário investir nos espaços físicos, visto que atualmente o orçamento tem sido apenas de custeio, o que inviabiliza a expansão.</u></p> <p><u>XIV. Problematizar a Matriz CONIF que tem precarizado demais o currículo dos cursos técnicos integrados.</u></p> <p><u>XV. Realizar a auditoria da dívida.</u></p> <p><u>XVI. Fortalecer a luta contra o corte de recursos, implicando em maior precarização dos serviços e das condições de trabalho da categoria EBTT e PCCTAE.</u></p> <p><u>XVII. Fazer uma campanha para dialogar com a sociedade acerca da necessidade e das formas de ampliar o financiamento da EPT, e também debater como distribuir o orçamento.</u></p> <p><u>XVIII. Reforçar a luta por mais recursos e concursos para servidoras/es efetivas/os.</u></p> <p><u>XIX. Combater o discurso de que o Estado não tem recurso.</u></p>

Propositor: **GTPEC IFS**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **57**

Texto Original	Destaque
54. Propostas INSERIR <u>NOVO</u> <u>PARÁGRAFO</u> APÓS O <u>57</u>	<u>Enquanto tivermos os interesses da fração rentista da burguesia nacional e internacional ditando, através de seus representantes dentro e fora da estrutura estatal, a destinação dos recursos orçamentários da nação, a criação de novos mecanismos, como fundos especiais, vinculações constitucionais e demais estratégias legais serão continuamente questionadas, desvirtuadas e eliminadas. Precisamos nos somar as lutas sociais, não só contra o Arcabouço Fiscal, ou qualquer outra legislação de controle orçamentário das políticas públicas, como também, pela auditoria da dívida pública, pelo imposto sobre grandes fortunas, o controle da remessa dos lucros das empresas e pelas reestatizações de todas as empresas privatizadas, com destaque imediato da ELETROBRÁS e da PETROBRÁS.</u>

Propositor: **GTPEC SINDSCOPE**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



DESTAQUES AO EIXO:

7. Política de Assistência Estudantil

8 DESTAQUES

5 de alteração

1 de inclusão

1 geral



Destaque de: **GERAL**

Parágrafo nº:

Texto Original	Destaque
APLICADO A TODO O TEXTO	<u>Organizar linguagem inclusiva de gênero</u>

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO**/**REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **15**

Texto Original	Destaque
<p>15. Foi enfatizado ainda no documento do GT-AE/2013 os seguintes pontos:</p> <p>a) Assistência estudantil na perspectiva multidisciplinar:</p> <p>[...]</p> <p>Sobre este tópico há bons exemplos de normativas institucionais que delimitam o trabalho profissional na AE de acordo com as competências e atribuições profissionais de cada a área, neste caso, citamos os documentos do IF de Pernambuco e do IF Goiás, como bons exemplos</p>	<p>Sobre este tópico há bons exemplos de normativas institucionais <u>resultantes de debates e lutas fomentadas entre as/os profissionais da assistência</u>, que delimitam o trabalho profissional na AE de acordo com as competências e atribuições profissionais de cada a área, neste caso, citamos os documentos do IF de Pernambuco, <u>do IFAL</u> e do IF Goiás, como bons exemplos</p>

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **20**

Texto Original	Destaque
<p>[...] Nesse sentido, é preciso que a política de assistência estudantil tenha, fundamentalmente, aporte orçamentário suficiente para se voltar para além das questões econômicas e de pobreza, incluindo ações e projetos de apoio acadêmico e psicológico aos estudantes (COSTA, 2010), no entanto, para que seja possível ampliar o atendimento para outras ações, é necessário que após serem atendidos os todos os estudantes em vulnerabilidade social - nas ações de alimentação, transporte e moradia - se aumentem os recursos para as ações de caráter universal.</p>	<p>Nesse sentido, é preciso que a política de assistência estudantil tenha, fundamentalmente, aporte orçamentário suficiente para se voltar para além das questões econômicas e de pobreza, incluindo ações e projetos de apoio acadêmico e psicológico aos estudantes (COSTA, 2010), no entanto, para que seja possível ampliar o atendimento para outras ações, é necessário que após serem atendidos os todos os estudantes em vulnerabilidade social - nas ações de alimentação, transporte e moradia - se aumentem os recursos para as ações de caráter universal.</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO**/**REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **21**

Texto Original	Destaque
<p>[...] Lembramos que servidores Técnicos Administrativos em Educação (TAES) não geram a contratação de profissionais substitutos nos períodos de afastamento por saúde, licença à capacitação entre outras. [...]</p>	<p>[...] Lembramos que servidores Técnicos Administrativos em Educação (TAES) não geram a contratação de profissionais substitutos nos períodos de afastamento por saúde, licença à capacitação entre outras, <u>sendo esse um tema que precisa ser problematizado, considerando a importância de buscar políticas para contribuir com o afastamento dos TAEs para qualificação, mas também atentar para os interesses de privatização do serviço público que podem estar envolvidos nesse debate.</u> [...]</p>

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **21**

Texto Original	Destaque
INCLUSÃO NA SEQUÊNCIA DO PARÁGRAFO	[...] <u>Também reiteramos a necessidade que todos os campi e reitorias tenham, ao menos, a equipe profissional básica, conforme sugerido no GT-AE/2011, e que tenham profissionais suficientes para atender a todos os turnos de funcionamento e à quantidade de estudantes dos campi.</u>

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **26**

Texto Original	Destaque
<p>Extinguir práticas ainda existentes de exigência de CONTRAPARTIDA por meio de TRABALHO para o recebimento e permanência nos auxílios e serviços da AE, conforme já foi orientado no Seminário de Fortaleza (2010) e nos Ofícios nº 21 e 42 da SETEC (2011). Esse tipo de prática na AE e com recursos do PNAES é reprovável sob a ótica dos direitos sociais.</p>	<p>Extinguir práticas ainda existentes de exigência de CONTRAPARTIDA por meio de TRABALHO para o recebimento e permanência nos auxílios e serviços da AE, conforme já foi orientado no Seminário de Fortaleza (2010) e nos Ofícios nº 21 e 42 da SETEC (2011). <u>Também garantir a desvinculação entre o direito ao auxílio e o desempenho acadêmico das/os estudantes.</u> Esse tipo de prática na AE e com recursos do PNAES é reprovável sob a ótica dos direitos sociais.</p>

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **34**

Texto Original	Destaque
INSERIR <u>NOVO PARÁGRAFO</u> APÓS O <u>34</u>	<u>No que se refere às PNAES, propomos a elevação do teto mínimo de prioridade para auxílios de caráter socioeconômico de um salário mínimo e meio per capita para dois salários mínimos per capita com perspectiva de reavaliação posterior deste patamar.</u>

Propositor: **GTPEC SINDSCOPE**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **40**

Texto Original	Destaque
INSERIR <u>NOVO</u> <u>PARÁGRAFO</u> APÓS O <u>40</u>	<u>41. Propostas</u> <u>1. Promover espaços de discussão sobre a concepção de assistência estudantil.</u> <u>2. Fortalecer os mecanismos de controle social com a criação de um Conselho amplo, viabilizando a participação das representações estudantis.</u> <u>3. Resgatar, estimular e fortalecer as representações estudantis, como mecanismo de fortalecimento das lutas.</u> <u>4. Promover espaços de debates, ações e serviços com as pautas da inclusão, diversidade.</u> <u>5. Realizar levantamento do perfil das/os estudantes cotistas para subsidiar a elaboração de políticas de acesso e permanência.</u> <u>6. Fortalecer os NEABl's.</u> <u>7. Garantir as equipes mínimas/básicas multiprofissionais/multidisciplinares, aumentando o quadro e viabilizando espaços com condições de trabalho.</u>

Propositor: **GTPEC IFS**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



DESTAQUES AO EIXO:

8. Educação do Campo e Pedagogia da Alternância

16 DESTAQUES

11 de alteração

2 de inclusão

2 de supressão

1 geral



Destaque de: **GERAL**

Parágrafo nº:

Texto Original	Destaque
APLICADO A TODO O TEXTO	<u>Colocar o acento na palavra “políticas”</u>

Propositor: **GTPEC IFF**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **4**

Texto Original	Destaque
<p>[...] Esta política também foi aplicada nos patronatos e escolas agrícolas e nas escolas de magistério de economia rural doméstica. Estas instituições federais de ensino foram responsáveis pelo fortalecimento de agronegócio brasileiro e do desenvolvimento de uma visão de rural como algo atrasado que deveria ser mudado com a adoção de técnicas do capital, estes educandários deram origem a maior parte dos campi agrícolas dos Institutos Federais.</p>	<p>[...] Esta política também foi aplicada nos patronatos e escolas agrícolas e nas escolas de magistério de economia rural doméstica. Estas instituições federais de ensino foram responsáveis pelo fortalecimento da agricultura capitalista e do desenvolvimento de uma visão de rural como algo atrasado que deveria ser mudado com a adoção de técnicas do capital, estes educandários deram origem a maior parte dos campi agrícolas dos Institutos Federais.</p>

Propositor: **GTPEC IFF**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **8**

Texto Original	Destaque
<p>Desde a LDB no 9.394/96 a educação profissional se apresentou sobre diferentes tipologias e expressões, com objetivos de redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, esse movimento se constituiu em um novo pensar na formação omnilateral, considerando as dimensões do Trabalho, da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, pensando a realidade concreta dos sujeitos e seus arranjos produtivos locais</p>	<p>Desde a LDB no 9.394/96 a educação profissional se apresentou sobre diferentes tipologias e expressões, com objetivos de redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, esse movimento se constituiu em um novo pensar na formação omnilateral, considerando as dimensões do Trabalho, da Ciência e da Cultura, pensando a realidade concreta dos sujeitos e seus arranjos produtivos locais</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **8**

Texto Original	Destaque
INCLUSÃO NA SEQUÊNCIA DO PARÁGRAFO	[...] <u>Como parte do histórico das leis da Educação Profissional cabe ressaltar o decreto nº 5154/2004, que trata do Ensino Médio Integral, enquanto concepção do ensino politécnico e a formação omnilateral da classe trabalhadora.</u>

Propositor: **GTPEC IFS**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **10**

Texto Original	Destaque
<p>[...] no fortalecimento dos arranjos produtivos sociais e culturais locais identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento sócio-econômico e cultural no âmbito de atuação do instituto federal; estimulando a investigação empírica com atualização pedagógica dos docentes e programas de extensão e de divulgação Científica e Tecnológica; e por fim estimulando a pesquisa aplicada à produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo a produção e transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (<i>idem</i>).</p>	<p>[...] no fortalecimento dos arranjos produtivos sociais e culturais locais identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do instituto federal; estimulando a investigação empírica com atualização pedagógica dos docentes e programas de extensão e de divulgação Científica e Tecnológica; e por fim estimulando a pesquisa aplicada à produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo a produção e transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **11**

Texto Original	Destaque
<p>[...] na expansão da Rede Federal a Lei No 11.195 excluiu entraves e anunciou a criação de 64 unidades de ensino, privilegiando as instituições em periferias de grandes centros urbanos, além de municípios interioranos</p>	<p>[...] na expansão da Rede Federal a Lei No 11.195 excluiu entraves e anunciou a criação de 64 unidades de ensino, privilegiando as instituições em periferias de grandes centros urbanos, além de municípios interioranos, <u>que estão, em grande parte, inseridos em contextos sociais e econômicos rurais.</u></p>

Propositor: **GTPEC IFF**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **12**

Texto Original	Destaque
<p>Não obstante a expansão da Rede Federal, e seu caráter transformador ou mesmo revolucionário de política pública, autores como Luiz Edmundo Vargas de Aguiar e Eliezer Moreira Pacheco citados por Souza & Medeiros Neta (2021), e que participaram efetivamente da criação e expansão dessa Rede, reconhecem ainda limites a superar.</p>	<p>Não obstante a expansão da Rede Federal, e seu caráter transformador de política pública, autores como Luiz Edmundo Vargas de Aguiar e Eliezer Moreira Pacheco citados por Souza & Medeiros Neta (2021), e que participaram efetivamente da criação e expansão dessa Rede, reconhecem ainda limites a superar.</p>

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO**/**REJEITADO**



Destaque de: **SUPRESSÃO**

Parágrafo nº: **13**

Texto Original	Destaque
<p>Apoiados em Gattermann & Possa (2018), apontamos um dos principais desafios nessa fase de expansão da Rede, o ideário neoliberal em disputa nos governos de esquerda. Inseridos em um movimento Tático como imperativo de governabilidade num contexto neoliberal globalizado, que buscou inserir jovens, de forma massificada, em uma política, como constituição e prevenção de risco, e no combate a desigualdade social.</p>	<p>Apoiados em Gattermann & Possa (2018), apontamos um dos principais desafios nessa fase de expansão da Rede, o ideário neoliberal em disputa nos governos de esquerda. Inseridos em um movimento Tático como imperativo de governabilidade num contexto neoliberal globalizado, que buscou inserir jovens, de forma massificada, em uma política, como constituição e prevenção de risco, e no combate a desigualdade social.</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **14**

Texto Original	Destaque
<p>Sem intencionar superar as polêmicas e contradições, é inegável que essa política pública inseriu de forma eficiente um grande contingente de jovens de baixo poder aquisitivo, com o uso de políticas de cotas, [...]</p>	<p>Sem intencionar superar as polêmicas e contradições, é inegável que essa política pública inseriu de forma eficiente um grande contingente de jovens em vulnerabilidade social, com o uso de políticas de cotas, [...]</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **14**

Texto Original	Destaque
<p>[...] com o uso de políticas de cotas, e a princípio com a proposição de uma educação libertária e omnilateral, voltada para autonomia dos sujeitos inseridos em seus arranjos produtivos locais, buscando transformar a realidade local e social ao qual estão inseridos.</p>	<p>[...] com o uso de políticas de cotas, voltada para autonomia dos sujeitos inseridos em seus arranjos produtivos locais, buscando transformar a realidade local e social ao qual estão inseridos.</p>

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **22**

Texto Original	Destaque
<p>Esse processo invisibiliza os sujeitos coletivos de direitos do campo, suas realidades históricas e demandas, como no caso da 'Educação do Campo', categoria pedagógica do campo da educação popular e libertária, que se percebe ainda incipiente nos Planejamentos de Desenvolvimentos Institucionais dos Institutos Federais, e que propõe outra matriz de desenvolvimento no campo baseado na agroecologia e suas diversas tecnologias participativas, sociais e adaptadas aos arranjos produtivos locais dos sujeitos de direitos do campo.</p>	<p>Esse processo invisibiliza os sujeitos coletivos de direitos do campo, suas realidades históricas e demandas, como no caso da 'Educação do Campo', categoria pedagógica do campo da educação popular, <u>libertadora e/ou</u> libertária, que se percebe ainda incipiente nos Planejamentos de Desenvolvimentos Institucionais dos Institutos Federais, e que propõe outra matriz de desenvolvimento no campo baseado na agroecologia e suas diversas tecnologias participativas, sociais e adaptadas aos arranjos produtivos locais dos sujeitos de direitos do campo.</p>

Propositor: **GTPEC IFF**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **26**

Texto Original	Destaque
<p>Considerando os 52 (cinquenta e dois) tópicos de deliberações da Plenária Final do Seminário Nacional do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, selecionamos 13 (treze) tópicos que entendemos ainda necessários para ampliar a discussão e ampliação no atendimento das demandas dos sujeitos do campo (em negrito uma breve síntese de cada deliberação, seguidos de comentários dos autores, atualizando o cenário da realidade das escolas agrotécnicas da Rede Federal).</p>	<p>Considerando os 52 (cinquenta e dois) tópicos de deliberações da Plenária Final do Seminário Nacional do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, selecionamos 13 (treze) tópicos que entendemos ainda necessários para ampliar a discussão e ampliação no atendimento das demandas dos sujeitos do campo.</p>

Propositor: **GTPEC IFF**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **SUPRESSÃO**

Parágrafo nº: **26**

Texto Original	Destaque
<p>[...] XI. Consolidar o ensino integrado e a formação integral, fazendo avançar em sua compreensão e privilegiando o mundo do trabalho, em detrimento e contraposição estratégica a possibilidade de verticalidade acadêmica de formação. [...]</p>	<p>[...] XI. Consolidar o ensino integrado e a formação integral, fazendo avançar em sua compreensão e privilegiando o mundo do trabalho, em detrimento e contraposição estratégica a possibilidade de verticalidade acadêmica de formação. [...]</p>

Propositor: **GTPEC IFF**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **30**

Texto Original	Destaque
<p>[...] Para tanto, torna-se urgente e necessário à avaliação coletiva e participativa da atuação dos Campi Agrícolas da Rede Federal, nos moldes do ‘Seminário Nacional do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica’, [...]</p>	<p>[...] Para tanto, torna-se urgente e necessário à avaliação coletiva e participativa da atuação dos Campi Agrícolas da Rede Federal, <u>bem como de todos os campi da Rede Federal de Ensino que atendem populações rurais e/ou estão localizados em espaços rurais,</u> nos moldes do ‘Seminário Nacional do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica’, [...]</p>

Propositor: **GTPEC IFF**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **31**

Texto Original	Destaque
INSERIR <u>NOVO</u> <u>PARÁGRAFO</u> APÓS O <u>31</u>	<u>32. Propostas</u> <u>1. Aproximar os Institutos Federais às necessidades e às realidades das comunidades do campo.</u> <u>2. Aprofundar o debate sobre a curricularização da extensão.</u> <u>3. Reduzir a carga horária das/os docentes em sala de aula para melhorar as condições de trabalho e ampliar o envolvimento das/os professoras/es em ações e projetos de Pesquisa e Extensão.</u> <u>4. Interpelar a SETEC e o MEC quanto à criação de PPP e PPI para os Institutos Federais com perspectivas urbanas ou rurais, pois a concepção não pode se restringir a oferta de cursos rurais, sem reformular seus PPPs e PPIs.</u> <u>5. Desenvolver extensão popular.</u>

Propositor: **GTPEC IFS**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **31**

Texto Original	Destaque
INSERIR <u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u> APÓS O <u>31</u>	INSERIR <u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u> APÓS O <u>31</u>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



DESTAQUES AO EIXO:

9. Educação inclusiva e Diversidade

10 DESTAQUES

5 de alteração

4 de inclusão

1 geral



Destaque de: **GERAL**

Parágrafo nº:

Texto Original	Destaque
APLICADO A TODO O TEXTO	<u>Organizar a coerência, concordância e erros gramaticais</u>

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO**/**REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **1**

Texto Original	Destaque
<p>Nossa proposta é abrir o debate, desafiar os paradigmas postos e contribuir com a formulação de políticas educacionais para a rede federal de ensino transitando pelo seguinte trajeto pré-estabelecido:</p> <p>119. A classe trabalhadora não é persona: gênero, raça e corporeidade como materialidade da classe: A. A discriminação como fundamento da sociedade capitalista — corpos produtivos x corpos improdutivos; B. Bases biomédicas da discriminação na sociedade capitalista — o papel feminista nas lutas contra discriminação; C. Exploração versus opressão no Brasil; D. De tragédia individual à experiência social; E. Opressão: argamassa da formação social e da exploração no Brasil; F. Fragmentação da luta?</p> <p>120. Panorama da relação de gênero, raça e corporeidade na rede federal de ensino: A. Implementação dos Núcleos de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDs); B. Os Núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas (NEABIs); C. Os Núcleos de apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas (NAPNEs) e implantação do AEE; D. A terciarização no atendimento ao aluno PCG/TEA/Neurodivergente.</p> <p>121. Por onde ir? Possíveis caminhos da política para a inclusão e a diversidade na rede federal de ensino: A. O enfrentamento a barreiras atitudinais nos regimentos escolares; B. A cultura capacitista à revelia das Leis de inclusão; C. Quem cuida de quem cuida?</p>	<p>Supressão dos 3 tópicos após o parágrafo 1</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **2**

Texto Original	Destaque
<p>A discriminação, como expressão da opressão e da exploração dos corpos, atua como um fundamento da sociedade capitalista, o corpo vale o quanto produz e dessa forma pessoas <u>com</u> deficiência são tratadas como corpos improdutivos, um peso, um conta social, um custo. O conceito biomédico de deficiência reforçou fortemente esse custo social do “infortúnio pessoal” de ser um pessoa com deficiência e, ainda que tenhamos avançado nos estudos e, em certa medida, nas leis e na produção literária sobre o tema, <u>no</u> prática vivemos sob fortes evidências das bases opressoras do capitalismo e a violência da exploração da mão de obra, até que não lhe reste mais nenhuma força para produzir mais valor.</p>	<p>A discriminação, como expressão da opressão e da exploração dos corpos, atua como um fundamento da sociedade capitalista, o corpo vale o quanto produz e dessa forma pessoas com deficiência são tratadas como corpos improdutivos, um peso, um conta social, um custo. O conceito biomédico de deficiência reforçou fortemente esse custo social do “infortúnio pessoal” de ser um pessoa com deficiência e, ainda que tenhamos avançado nos estudos e, em certa medida, nas leis e na produção literária sobre o tema, <u>NA</u> prática vivemos sob fortes evidências das bases opressoras do capitalismo e a violência da exploração da mão de obra, até que não lhe reste mais nenhuma força para produzir mais valor.</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **7**

Texto Original	Destaque
<p>As deficiências medidas pela incapacidade física de realizar trabalho é um fator de propulsão para da discriminação na sociedade capitalista. Pessoas com deficiência sempre existiu, mas o número de lesionados de guerra promove um aumento significativo de PCD [...]</p>	<p>As deficiências medidas pela incapacidade física de realizar trabalho é um fator de propulsão para da discriminação na sociedade capitalista. Pessoas com deficiência sempre existiram, mas o número de lesionados de guerra promove um aumento significativo de PCD [...]</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **11**

Texto Original	Destaque
<p>INSERIR <u>NOVO</u> <u>PARÁGRAFO</u> APÓS O <u>11</u></p>	<p>Os institutos federais, imersos numa perspectiva masculina de profissionalização , se apresentam como espaços impeditivos para as mulheres crescerem e ascenderem profissionalmente. O patriarcado historicamente relega às mulheres a responsabilidade pela reprodução social, em atividades de cuidado das crianças, idosos, pessoas com necessidades específicas, além do trabalho doméstico dentro de seus lares. As sobrecargas das mulheres (em especial para as mães), o machismo, as violências e a naturalização nesses espaços masculinizados estruturam uma cultura institucional de invisibilidade e falta de mulheres em espaços de gestão e liderança. A responsabilização feminina pelas atividades de reprodução social, a cultura patriarcal dos institutos, bem como a falta de política institucional que dê fomento à inserção das mulheres, que apoie a maternidade, causam sofrimento e exclusão feminina das atividades e liderança na educação profissional. Dentro do sindicato essa realidade não é diferente, com reprodução do machismo e do patriarcado. Neste sentido, é fundamental lutar por políticas institucionais para ascensão das mulheres nas funções de gestão, com paridade em todos os cargos de direção, assim como ações cotidianas que viabilizem a maternidade sem prejuízo da carreira, como por exemplo vagas de TAEs e docentes substitutos para mães por até 2 anos após o fim da licença, visando que estas mesmas voltando ao trabalho, tenham mais flexibilidade em horários e funções. Também é fundamental assegurar que as micro violências do cotidiano (interrupções da fala, posse de ideias das mulheres), além de assédios diversos, sejam efetivamente combatidas.</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **12**

Texto Original	Destaque
<p>A relação sistemática das opressões com a exploração consiste em oprimir para melhor explorar. Não como escolha do capital, mas como necessidade. Por isso não existe capitalismo sem capacitismo, assim como não existe capitalismo sem racismo, machismo ou lgbtfobia. No caso particular brasileiro, acrescentamos o preconceito regional contra nortistas e nordestinos, igualmente fundamental nesta mediação opressões-exploração, reflexos da opressão e da exploração capitalistas. É através desta premissa que a questão das s pode ser pensada apartada da sua dimensão de classe. Os vários grupos e segmentos que existem no interior da classe trabalhadora, têm a mesma substância de classe, que os unificam. Entretanto, experimentam e vivem objetivamente o seu ser de classe trabalhadora, no cotidiano, de maneiras muito diferentes e particulares.</p>	<p>A relação sistemática das opressões com a exploração consiste em oprimir para melhor explorar. Não como escolha do capital, mas como necessidade. Por isso não existe capitalismo sem capacitismo, assim como não existe capitalismo sem racismo, machismo ou lgbtfobia. No caso particular brasileiro, acrescentamos o preconceito regional contra nortistas e nordestinos, igualmente fundamental nesta mediação opressões-exploração, reflexos da opressão e da exploração capitalistas. <u>A partir desta premissa que a questão não pode ser pensada apartada da sua dimensão de classe.</u> Os vários grupos e segmentos que existem no interior da classe trabalhadora, têm a mesma substância de classe, que os unificam. Entretanto, experimentam e vivem objetivamente o seu ser de classe trabalhadora, no cotidiano, de maneiras muito diferentes e particulares.</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **30**

Texto Original	Destaque
<p>Mais que política de cotas é preciso termos que a permanência nas instituições de ensino seja garantida. A cada dez estudantes negros que ingressam no Ensino Médio, apenas 6 concluem, essa taxa é a mesma para pessoas autodeclaradas pardas e, são bem menores do que o número de evasão para autodeclarados brancos. [...]</p>	<p>Mais que política de cotas é preciso termos que a permanência nas instituições de ensino seja garantida, <u>através de programas específicos para acompanhamento da trajetória escolar destes estudantes.</u> A cada dez estudantes negros que ingressam no Ensino Médio, apenas 6 concluem, essa taxa é a mesma para pessoas autodeclaradas pardas e, são bem menores do que o número de evasão para autodeclarados brancos. [...]</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **34**

Texto Original	Destaque
<p>INSERIR 8 <u>NOVOS</u> <u>PARÁGRAFOS</u> APÓS O PARÁGRAFO <u>34</u></p>	<p>35. Promovendo a Equidade e a Inclusão: Propostas Concretas para Ações Afirmativas em Instituições de Ensino</p> <p>36. Como mencionado anteriormente, reconhecemos a importância de traduzir nossas aspirações em ações concretas para promover a equidade e a inclusão de grupos minoritários nas instituições de ensino. Propomos que o sindicato atue como um agente de mudança, reivindicando políticas públicas junto a órgãos como o CONIF, SETEC e reitorias, com foco na permanência e no sucesso desses grupos minoritários. Além disso, propomos a implementação de legislações que permitam ações afirmativas após a entrada no serviço público. Abaixo, apresentamos propostas pragmáticas para alcançar esses objetivos:</p> <p>37. a). Ações Afirmativas nos Programas de Pós-Graduação: É essencial que os programas de pós-graduação promovam a inclusão social por meio de ações afirmativas. Isso pode ser alcançado por meio de cotas e políticas de incentivo que facilitem o acesso de grupos minoritários a programas de pós-graduação. Além disso, é importante criar um ambiente inclusivo que apoie o desenvolvimento acadêmico desses estudantes, proporcionando-lhes recursos e orientação adequados.</p> <p>38. b) Reservas de Vagas em Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão: Para garantir uma maior participação de grupos minoritários em projetos de pesquisa, ensino e extensão, é sugerido estabelecer reservas de vagas especificamente destinadas a esses estudantes. Isso não apenas promoverá a equidade, mas também enriquecerá a diversidade de perspectivas nos projetos, enriquecendo a qualidade das iniciativas.</p>

Propositor: **GTPEC RIO DO SUL E SANTA ROSA DO SUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **34**

Texto Original	Destaque
INSERIR 8 <u>NOVOS</u> <u>PARÁGRAFOS</u> APÓS O PARÁGRAFO <u>34</u>	<p>39. c) Aceleração e Acompanhamento de Estudantes com Superdotação: Reconhecemos a importância de apoiar estudantes com superdotação e promover a aceleração de seus estudos. O sindicato pode pleitear programas de aceleração acadêmica, oferecendo recursos adicionais, mentorias e acompanhamento personalizado para atender às necessidades desses estudantes. Isso permitirá que eles alcancem todo o seu potencial acadêmico.</p> <p>40. d) Garantia de acessibilidade arquitetônica (rampas, elevadores, banheiros etc); comunicação acessível (intérpretes de LIBRAS, materiais didáticos acessíveis, sistemas de comunicação alternativa); tecnologia assistiva (leitores de tela, softwares de reconhecimento de voz, teclados adaptados etc); mobiliário e espaço físico adequados; capacitação de servidores; acessibilidade digital (sites e plataformas de ensino seguindo diretrizes de acessibilidade na web), para todos os níveis de ensino, desde o ensino fundamental até a pós-graduação</p> <p>41. Além dessas ações, é fundamental buscar a implementação de legislações que permitam ações afirmativas após a entrada no serviço público, garantindo que grupos minoritários tenham oportunidades iguais de progresso e ascensão profissional, como reserva de vagas nos editais internos de capacitação e/ou afastamento.</p> <p>42. Essas propostas têm o objetivo de transformar nossas aspirações em realidades tangíveis. Ao reivindicar políticas públicas e implementar ações afirmativas, o sindicato pode desempenhar um papel significativo na construção de instituições de ensino mais inclusivas, onde a diversidade é valorizada e todos os estudantes têm igualdade de oportunidades para alcançar o sucesso acadêmico e profissional.</p>

Propositor: **GTPEC RIO DO SUL E SANTA ROSA DO SUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **4**

Texto Original	Destaque
INSERIR <u>NOVO</u> <u>PARÁGRAFO</u> APÓS O <u>34</u>	<p><u>35. Propostas</u></p> <ol style="list-style-type: none"><u>1. Defender a manutenção a Lei no 12.990/2014, que reserva aos negros e negras 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das fundações públicas, das autarquias, das sociedades de economia mista controladas pela União e das empresas públicas, visto que há previsão de revogação da lei ao completar 10 anos de sua promulgação.</u><u>2. Realizar debates e formação política com a comunidade acadêmica e a comunidade do entorno aos Institutos Federais para fortalecer as práticas de extensão.</u><u>3. Incluir o eixo da discussão da Inclusão, de forma estruturante, nos PPI e PDI dos Institutos Federais em suas revisões periódicas.</u><u>4. Promover a aproximação com os movimentos sociais para visibilizar a pauta da Diversidade.</u><u>5. Pleitear recursos para a realização de concursos públicos, a fim de garantir a composição de profissionais de atendimento às/aos estudantes com necessidades específicas no quadro efetivo.</u><u>6. Fazer o levantamento dos regulamentos institucionais e identificar as lacunas a respeito da pauta da Educação Inclusiva, com vistas a propor reformulação.</u><u>7. Mapear as práticas inclusivas desenvolvidas nos Institutos Federais para construir observatórios e políticas de inclusão e diversidade.</u><u>8. Promover pesquisas que possam colaborar para práticas inclusivas.</u>

Propositor: **GTPEC IFS**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **34**

Texto Original	Destaque
INSERIR <u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u> APÓS O <u>34</u>	INSERIR <u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u> APÓS O <u>31</u>

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO**/**REJEITADO**



DESTAQUES AO EIXO:

10. Expansão da RFEPCT

6 DESTAQUES

5 de alteração

1 de inclusão



10. Expansão da RFEPCT



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **1**

Texto Original	Destaque
<p>Muito se tem escrito nos últimos anos sobre expansão da Rede 33 Federal de Educação Profissional (RFEPCT) na perspectiva de que essa modalidade de ensino venha a atender às exigências paradigmáticas do século XXI e possa chegar ao interior de todas as regiões do país. [...]</p>	<p>Muito se tem escrito nos últimos anos sobre expansão da Rede 33 Federal de Educação Profissional (RFEPCT) na perspectiva de que esta venha a atender às exigências paradigmáticas do século XXI e possa chegar ao interior de todas as regiões do país. [...]</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **11**

Texto Original	Destaque
<p>Kuenzer (2007a) destaca, que a escola estava voltada para atender uma finalidade moral de repressão, caracterizando a primeira aparição da formação profissional como política pública numa perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho. Diversos autores consideram essa fase da Educação Profissional como um período onde a concepção de modalidade de ensino se voltava exclusivamente para os menos favorecidos. [...]</p>	<p>Kuenzer (2007a) destaca, que a escola estava voltada para atender uma finalidade moral de repressão, caracterizando a primeira aparição da formação profissional como política pública numa perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho. Diversos autores consideram essa fase da Educação Profissional como um período onde a concepção de política pública se voltava exclusivamente para os menos favorecidos. [...]</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **24**

Texto Original	Destaque
<p>Para Kuenzer (2007b, p. 25) a Lei n. 7.044/82, “acabou por se constituir em novo arranjo conservador, reafirmando a escola como um espaço para os já incluídos nos benefícios da produção e do consumo de bens matérias e culturais”.</p> <p>[...]</p>	<p>Para Kuenzer (2007b, p. 25) a Lei n. 7.044/82, “acabou por se constituir em novo arranjo conservador, reafirmando a escola como um espaço para os já incluídos nos benefícios da produção e do consumo de bens materiais e culturais”.</p> <p>[...]</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **40**

Texto Original	Destaque
<p>As reformas da educação profissional, no Brasil, na década de 1990 trouxeram para o debate a noção de competências, um conceito que até então, não fazia parte do vocábulo dos ideólogos da educação <u>a</u> profissional, pelo ao menos até a metade dos anos de 1990, visto que não está presente na LDB 1996 [...]</p>	<p>As reformas da educação profissional, no Brasil, na década de 1990 trouxeram para o debate a noção de competências, um conceito que até então, não fazia parte do vocábulo dos ideólogos da educação profissional, pelo menos até a metade dos anos de 1990, visto que não está presente na LDB 1996 [...]</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO**/**REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **41**

Texto Original	Destaque
<p>É importante destacar que essas reformas implementadas pelo governo de FHC, insere-se em um contexto ideológico maior, o neoliberalismo 43 . Vinculando-se portanto, ao <u>conjuntos</u> de medidas que foram da <u>privatização</u> de empresas estatais à reforma da <u>previdencia</u></p> <p>[...]</p>	<p>É importante destacar que essas reformas implementadas pelo governo de FHC, insere-se em um contexto ideológico maior, o neoliberalismo 43 . Vinculando-se portanto, ao <u>conjunto</u> de medidas que foram da <u>privatização</u> de empresas estatais à reforma da <u>previdência</u></p> <p>[...]</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



10. Expansão da RFEPC



SINASEFE

Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **112**

Texto Original	Destaque
INSERIR <u>NOVO</u> <u>PARÁGRAFO</u> APÓS O <u>112</u>	Em reunião do Sinasefe com a SETEC, foi noticiado que a proposta de ampliação de mais de trezentos campi, inicialmente apresentada pelo governo, será reduzida para cem campi. No íterim desse processo de expansão, há de se observar a problemática da política criada na esteira da ampliação da oferta de cursos de curta duração, de qualidade duvidosa, que criam perante os docentes, uma competição com o vínculo aos cursos de reconhecida qualidade, já que os primeiros ocorrem mediante uma política de concessão de bolsas. Esse processo irá, sem sombra de dúvida, criar ingerência de interesses particulares sobre os interesses públicos.

Propositor: **GTPEC IFSUL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



DESTAQUES AO EIXO:

11. Ensino nas instituições do Ministério da Defesa

NÃO HOUVE DESTAQUES PARA ESTE EIXO



DESTAQUES AO EIXO:

12. Acesso, Permanência e Êxito

10 DESTAQUES

7 de alteração

3 de inclusão



12. Acesso, Permanência e Êxito



SINASEFE

Destaque de: ALTERAÇÃO

Parágrafo nº: TÍTULO

Texto Original	Destaque
12. Acesso, Permanência e Êxito	12. Acesso, Permanência, <u>EVASÃO</u> e Êxito

Propositor: GTPEC IFS

Situação: APROVADO/REJEITADO



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **6**

Texto Original	Destaque
<p>[...] Para esses segmentos mais desfavorecidos que historicamente tiveram o direito à educação cerceado, a garantia do acesso não garante a permanência, reforçando assim que para viabilizar o caráter universal, público e socialmente referenciada o binômio acesso e permanência <u>deve</u>m ser considerados e pensados de forma articulada.</p>	<p>[...] Para esses segmentos mais desfavorecidos que historicamente tiveram o direito à educação cerceado, a garantia do acesso não garante a permanência, reforçando assim que para viabilizar o caráter universal, público e socialmente referenciada o binômio acesso e permanência deve ser considerado e pensado de forma articulada.</p>

Propositor: **GTPEC CM/RJ**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **7**

Texto Original	Destaque
<p>Importante mencionar também, que esta demanda por acesso e permanência é uma reivindicação histórica do movimento estudantil, que desde meados do início do século XX vem lutando pela universalização da educação, assim como pela garantia de condições de permanência.</p>	<p>Importante mencionar também, que esta demanda por acesso e permanência é uma reivindicação histórica do movimento estudantil, que desde o início do século XX vem lutando pela universalização da educação, assim como pela garantia de condições de permanência.</p>

Propositor: **GTPEC CM/RJ**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **9**

Texto Original	Destaque
<p>[...] Por mais que as políticas de cotas tenham 50% das vagas destinadas, como no caso do IFSul, o processo persiste orientado pela competição, permitindo que apenas a parcela mais bem sucedida da(o)s postulantes, mesmo entre a(o)s pertencentes aos grupos identificados com essa política, possa realmente ingressar no instituto. [...]</p>	<p>[...] Por mais que as políticas de cotas tenham 50% das vagas destinadas, o processo persiste orientado pela competição, permitindo que apenas a parcela mais bem sucedida da(o)s postulantes, mesmo entre a(o)s pertencentes aos grupos identificados com essa política, possa realmente ingressar no instituto. [...]</p>

Propositor: **GTPEC IFSUL E SINTIETFAL** Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **9**

Texto Original	Destaque
<p>INSERIR <u>NOVO</u> <u>PARÁGRAFO</u> APÓS O <u>9</u></p>	<p><u>Por outro lado, cabe destacar a situação específica das escolas de Educação Básica do sistema federal de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa, como é o caso das unidades do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) e da Fundação Osório, administradas pelo Exército Brasileiro. Menos de 10% dos alunos da rede do SCMB acessa suas vagas pelo sistema meritocrático de pontuação adquirida em concurso aberto a ampla concorrência, mesmo com todos os problemas advindos de tal forma de acesso. A maioria absoluta das vagas é restrita a dependentes de servidores militares. Quando um militar é transferido de cidade, caso seu novo destino tenha colégio pertencente ao SCMB, seus dependentes têm acesso automático às vagas da instituição. As vagas remanescentes são preenchidas com sorteios abertos somente a dependentes de militares das diferentes forças de segurança, incluindo as forças policiais dos Estados. No caso da Fundação Osório, as vagas são manejadas via sorteio. Entretanto, o preenchimento de vagas remanescentes obedece a critérios que favorecem servidores militares, sendo a comunidade civil deixada por último na lista de prioridades, fato documentado por portaria interna. Como argumentado em tese apresentada no 34º CONSINASEFE, trata-se, portanto, de instituições mantidas pelo erário público que não oferecem seus serviços ao todo da população, mas apenas a uma parcela, comportando-se como instituições privadas. No caso de instituições de ensino básico que formam tropa, como a EPCAR e o Colégio Naval, para citar alguns exemplos, o acesso se dá por concurso público, que favorece candidatos que têm a possibilidade de pagar por cursos preparatórios e/ou se dedicar integralmente a tais certames.</u></p>

Propositor: **GTPEC CM/RJ**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **16**

Texto Original	Destaque
INSERIR <u>NOVO TÓPICO</u> AO PARÁGRAFO <u>16</u> APÓS O <u>“J”</u>	<u>L. Buscar pressionar os poderes executivo, legislativo e judiciário a garantir que as vagas das instituições de ensino básico administradas pelo Ministério da Defesa sejam disponibilizadas a todo o público, não sendo reservadas a dependentes de servidores militares</u>

Propositor: **GTPEC CM/RJ**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **17**

Texto Original	Destaque
<p>[...] Se acessar as instituições de ensino já é um desafio, permanecer estudando é um pouco mais complexo, uma vez que, atualmente, quando falamos de permanência estudantil é fundamental considerarmos tanto à falta de condições objetivas de permanência, tais como: garantia de alimentação, moradia, transporte, equipamentos e outros; assim como à falta de condições subjetivas, que aqui se referem as questões simbólicas, como: as mais diversas situações de opressão e discriminação que se reproduzem no ambiente acadêmico/escolar que também inviabilizam a permanência dos(as) estudantes, acarretando por vezes, situações de sofrimento e adoecimento frente à falta de ações de enfrentamento à machismo, racismo, lgbtfobia, xenofobia, intolerância religiosa, entre outras expressões de violência e discriminação reproduzidos no ambiente acadêmico/escolar que se encontram arraigados em nossa sociedade de capitalismo dependente e extremamente desigual.</p>	<p>[...] Se acessar as instituições de ensino já é um desafio, permanecer estudando é um pouco mais complexo, uma vez que, atualmente, quando falamos de permanência estudantil é fundamental considerarmos tanto à falta de condições objetivas de permanência, tais como: garantia de alimentação, moradia, transporte, equipamentos, <u>um currículo denso</u> e outros; assim como à falta de condições subjetivas, que aqui se referem as questões simbólicas, como: as mais diversas situações de opressão e discriminação que se reproduzem no ambiente acadêmico/escolar que também inviabilizam a permanência dos(as) estudantes, acarretando por vezes, situações de sofrimento e adoecimento frente à falta de ações de enfrentamento <u>que vão desde o</u> machismo, racismo, lgbtfobia, xenofobia, intolerância religiosa, <u>à aplicação de metodologias desumanizantes</u>, entre outras expressões de violência e discriminação reproduzidos no ambiente acadêmico/escolar que se encontram arraigados em nossa sociedade de capitalismo dependente e extremamente desigual.</p>

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **ALTERAÇÃO**

Parágrafo nº: **24**

Texto Original	Destaque
<p>Profissionais que trabalham diretamente com a permanência estudantil têm construído o consenso de que o caráter “bolsificador” do PNAES tem limitado a potencialidade do programa em seus objetivos primários, como a redução da evasão escolar e a democratização <u>democratizar</u> das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.</p>	<p>Profissionais que trabalham diretamente com a permanência estudantil têm construído o consenso de que o caráter “bolsificador” do PNAES tem limitado a potencialidade do programa em seus objetivos primários, como a redução da evasão escolar e a democratização das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.</p>

Propositor: **GTPEC SINTIETFAL**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **29**

Texto Original	Destaque
<p>INSERIR <u>NOVO</u> <u>PARÁGRAFO</u> APÓS O <u>29</u></p>	<p><u>Também em relação à permanência, cabem algumas observações quanto ao funcionamento atípico das escolas ligadas ao Ministério da Defesa se comparadas a outras instituições de ensino da rede federal. Embora a evasão escolar não pareça ser um fator de preocupação nessas escolas (até pelo seu público diferenciado, como explicitado anteriormente no tópico sobre acesso), é importante destacar o alto custo de permanência por parte do alunado, incoerente com o princípio de uma escola pública. As escolas da rede Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), por exemplo, preveem a cobrança de uma taxa obrigatória aos alunos nelas matriculados, apontada como legal por parecer do STF. Além disso, são altos os custos com uniformes (de variados modelos, conforme a ocasião) e com materiais didáticos, já que, apesar do direito ao uso do PNLD, nos últimos anos, o SCMB tenha optado pela adoção de coleções custeadas pelos alunos. Assim, embora sejam mantidas com verbas do erário público, na prática, impõem aos estudantes e suas famílias uma dinâmica semelhante àquela usada na iniciativa privada.</u></p>

Propositor: **GTPEC CM/RJ**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



Destaque de: **INCLUSÃO**

Parágrafo nº: **29**

Texto Original	Destaque
INSERIR <u>NOVO</u> <u>PARÁGRAFO</u> APÓS O <u>29</u>	<u>30. Propostas</u> <u>1. Problematizar o debate da meritocracia.</u> <u>2. Rediscutir as políticas de acesso, a exemplo do ingresso através de provas e/ou sorteios.</u> <u>3. Aprofundar os estudos e dados sobre evasão para subsidiar a construção de políticas de acesso, permanência e êxito.</u> <u>4. Fortalecer as estratégias de acompanhamento docente e com as equipes multidisciplinares para combater e/ou minimizar a evasão.</u> <u>5. Promover debates acerca do êxito.</u> <u>6. Realizar encontros e acompanhamento das/os egressas/os.</u> <u>7. Promover ações/atividades com a comunidade estudantil para criar e fortalecer o sentimento de pertencimento ao processo de ensino que os Institutos Federais se propõem e de sociabilidades, pois essa fragilidade se constitui como um dos fatores da evasão.</u> <u>8. Defender orçamento específico para a alimentação escolar.</u> <u>9. Criar refeitórios para viabilizar a alimentação à comunidade estudantil.</u> <u>10. Ampliar as equipes multidisciplinares para o atendimento e acompanhamento estudantil.</u> <u>11. Divulgar ferramentas de avaliação do acompanhamento estudantil.</u> <u>12. Realizar levantamento de dados do perfil das/os estudantes da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.</u> <u>13. Mitigar a evasão escolar através de metodologias, instrumentos e ferramentas eficientes, eficazes e efetivas.</u>

Propositor: **GTPEC IFS**

Situação: **APROVADO/REJEITADO**



DESTAQUES A SEREM REMETIDOS AO GTPEC

Texto	Destaque	Propositor
1. Ensino Médio Integrado	Nota de rodapé para esclarecimento da dualidade estrutural da educação do capitalismo brasileiro – parágrafo 2 e depois parágrafo 42.	SINTIETFAL
1. Ensino Médio Integrado	Inclusão no parágrafo 13 de uma relação entre trabalho como princípio educativo e escola básica. (Uma conexão – Passagem)	SINTIETFAL
1. Ensino Médio Integrado	Parágrafo 38 – Melhorar a redação. Não ficou claro de que hegemonia está se tratando. Acrescentar (Inclusão)	SINTIETFAL
4. Gestão democrática	Aprofundar o debate sobre a gestão democrática nos campi.	SINTIETFAL



DESTAQUES A SEREM REMETIDOS AO GTPEC

Texto	Destaque	Propositor
5. A extensão na consolidação da identidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Em caso de supressão dos parágrafos 1 a 62, Incluir breve introdução.	IFS
6. Financiamento	Atualizar no parágrafo 9 a informação acerca da tramitação do que se configura como novo teto de gastos.	IFS
6. Financiamento	Acrescentar ao parágrafo 12 o contexto da guerra em Israel.	IFS
8. Educação do Campo e Pedagogia da Alternância	Parágrafo 3 Caracterizar mais profundamente quem eram os órfãos e pobres no século 19	SINTIETFAL



DESTAQUES A SEREM REMETIDOS AO GTPEC

Texto	Destaque	Propositor
8. Educação do Campo e Pedagogia da Alternância	Parágrafo 4 Novamente, a classe trabalhadora não aparece caracterizada devidamente. Caberia aqui explicar como se configurava essa classe trabalhadora	SINTIETFAL
8. Educação do Campo e Pedagogia da Alternância	No parágrafo 23 é citado muito por cima, o papel dos movimentos sociais. É preciso acrescentar elementos da importância deles no debate	SINTIETFAL
8. Educação do Campo e Pedagogia da Alternância	É preciso incluir um tópico sobre a Pedagogia de Alternância	SINTIETFAL



DESTAQUES A SEREM REMETIDOS AO GTPEC

Texto	Destaque	Propositor
9. Educação inclusiva e Diversidade	Reorganizar o capítulo, buscando fazer uma correlação entre os diferentes eixos de subordinação. Aqui não serão indicadas alterações específicas, pois é um problema em todo o texto.	SINTIETFAL
9. Educação inclusiva e Diversidade	Atentar para a centralidade sobre a mulher/mãe ao debater a dificuldade das/os responsáveis pelas crianças PCD/TAE	SINTIETFAL



OBRIGADO!

DOCUMENTO BASE

**CONTRIBUIÇÕES DO SINASEFE NA
CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA BRASILEIRA**

15 anos da Rede Federal de Educação
Profissional, Científica e Tecnológica